

## Acessibilidade Cultural de Base Comunitária - Desafios para o Programa Cultura Viva

Patrícia Silva Dorneles<sup>1</sup>

Claudia Reinoso Araújo de Carvalho<sup>2</sup>

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v14i26.60470>

**Resumo:** Embora o direito à cultura esteja presente na nossa Constituição, formulada em 1988, observa-se que nos últimos quinze anos a pauta da cidadania cultural das pessoas com deficiência tem desafiado as políticas públicas de cultura à efetivação desse direito, de forma emancipatória e anticapacitista. Com o processo de democratização do país, gestões públicas progressistas do campo da esquerda brasileira, no início dos anos 90, avançaram também nos processos de democratização cultural. Como resultado, verifica-se, ao longo do tempo, ainda que com período de retrocesso na pauta, a emergência das políticas culturais de base comunitária, de cidadania e de diversidade cultural. Este artigo tem como objetivo refletir sobre o contexto da pauta da acessibilidade cultural para pessoas com deficiência. Discutem-se aqui iniciativas para qualificar a agenda de direito cultural dessa população, bem como estratégias para comprometer os diferentes agentes do campo da cultura com a qualificação do capital cultural das pessoas com deficiência. Destacam-se a parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - e o Ministério da Cultura – MinC, entre 2013 e 2019, a partir das vagas ofertadas aos Pontos de Cultura no Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural - CEAC - e outras ações que atuam na sensibilização dessas iniciativas de base comunitária, na agenda da cidadania cultural das pessoas com deficiência. O processo histórico de exclusão, invisibilidade e preconceito ainda é uma barreira a ser enfrentada. Verifica-se ainda que a condição sociocultural da população com deficiência no Brasil e no mundo se apresenta como pauta significativa, tendo em vista o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável. Concluiu-se que as iniciativas culturais de base comunitária são fundamentais para a promoção da cidadania cultural de pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social. Dessa forma, destaca-se a importância do Programa Cultura Viva e seu forte compromisso com os desafios sociais previstos na Agenda 2030, que implica a atualização da pauta da cidadania cultural das pessoas com deficiência numa perspectiva anticapacitista.

**Palavras-chave:** Acessibilidade Cultural; Cultura; Pessoas com Deficiência; Direitos Culturais; Cidadania Cultural

---

<sup>1</sup> Patrícia Silva Dorneles. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Contato: [patriciadorneles@medicina.ufrj.br](mailto:patriciadorneles@medicina.ufrj.br) - <https://orcid.org/0000-0003-3440-7549>

<sup>2</sup> Cláudia Reinoso Araújo de Carvalho. Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz. Docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Contato: [claudiareinoso73@gmail.com](mailto:claudiareinoso73@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0003-4105-9191>

## Accesibilidad cultural comunitaria: desafios para el programa Cultura Viva

**Resumen:** Si bien el derecho a la cultura está presente en nuestra constitución formulada en 1988, se observa que en los últimos quince años la agenda de ciudadanía cultural de las personas con discapacidad ha desafiado las políticas públicas culturales para implementar este derecho, de manera emancipadora y anticapacismo. Con el proceso de democratización del país, las administraciones públicas progresistas del campo de izquierda brasileño, a principios de los años 90, también avanzaron en los procesos de democratización cultural. Como resultado, con el tiempo, aunque con un período de regresión en la agenda, se produce el surgimiento de políticas culturales de base comunitaria, de ciudadanía y de diversidad cultural. Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el contexto de la agenda de accesibilidad cultural para personas con discapacidad. Discutimos aquí iniciativas para calificar la agenda de derechos culturales de esta población, así como estrategias para comprometer a diferentes agentes del campo de la cultura en la calificación del capital cultural de las personas con discapacidad. Se destaca la alianza entre la Universidad Federal de Río de Janeiro - UFRJ y el Ministerio de Cultura - MINC, entre 2013 y 2019, a partir de las vacantes ofrecidas a Pontos de Cultura en el Curso de Especialización en Accesibilidad Cultural - CEAC y otras acciones en acciones para crear conciencia sobre estas iniciativas comunitarias en la agenda de ciudadanía cultural de las personas con discapacidad. El proceso histórico de exclusión, invisibilidad y prejuicios aún son barreras que enfrentar. También se verifica que la condición sociocultural de la población con discapacidad en Brasil y en el mundo se presenta como una cuestión significativa, de cara al objetivo de promover el desarrollo sostenible. Se concluyó que las iniciativas culturales de base comunitaria son fundamentales para promover la ciudadanía cultural de las personas con discapacidad y en vulnerabilidad social. De esta manera, destaca la importancia del Programa Cultura Viva y su fuerte compromiso con los desafíos sociales previstos en la Agenda 2030, que pasa por actualizar la agenda de ciudadanía cultural de las personas con discapacidad desde una perspectiva antidiscapacidad.

**Palabras clave:** Accesibilidad Cultural; cultura; personas con deficiencia; derechos culturales; ciudadanía cultural

## Community-Based Cultural Accessibility: Challenges for the Cultura Viva Program

**Abstract:** Although the right to culture is present in our constitution formulated in 1988, it is observed that in the last fifteen years the agenda of cultural citizenship of people with disabilities has challenged public cultural policies to implement this right, in an emancipatory and anti-ableism way. With the country's democratization process, progressive public administrations from the Brazilian left field, in the early 90s, also advanced in the processes of cultural democratization. As a result, over time, although with a period of regression on the agenda, there is the emergence of community-based cultural policies, citizenship and cultural diversity. This article aims to reflect on the context of the cultural accessibility agenda for people with disabilities. We discuss here initiatives to qualify the cultural rights agenda of this population, as well as strategies to commit different agents in the field of culture to qualifying the cultural capital of people with disabilities. The partnership between the Federal University of Rio de Janeiro - UFRJ and the Ministry of Culture - MINC, between 2013 and 2019, stands out, based on the vacancies offered to Pontos de Cultura in the Specialization Course in Cultural Accessibility - CEAC and other actions in actions to raise awareness of these community-based initiatives in the cultural citizenship agenda of people with disabilities. The historical process of exclusion, invisibility and prejudice are still barriers to be faced. It is also verified that the sociocultural condition of the population with disabilities in Brazil and around the world presents itself as a significant issue, with a view to the objective of promoting sustainable development. It was concluded that community-based cultural initiatives are fundamental for promoting the cultural citizenship of people with disabilities and those in social vulnerability. In this way, the importance of the Cultura Viva Program and its strong commitment to the social challenges foreseen in the 2030 Agenda stand out, which involves updating the agenda of cultural citizenship for people with disabilities from an anti-disability perspective.

**Keywords:** Cultural Accessibility; culture; disabled people; cultural rights; cultural citizenship

## **Acessibilidade Cultural de Base Comunitária - Desafios para o Programa Cultura Viva**

### **Introdução**

O processo de abertura política no Brasil e as conquistas advindas da democracia potencializaram as diferentes iniciativas culturais que surgiram na periferia das cidades brasileiras, as quais têm se denominado nos últimos tempos, no âmbito das políticas culturais, como “cultura de base comunitária”. As novas estratégias de ações ligadas aos movimentos sociais e populares, e até mesmo no âmbito das políticas públicas culturais, construíram um novo olhar sobre formas de produção cultural. Observa-se que houve, no final da década de 80 e início da década de 90, o investimento em políticas de democratização cultural, principalmente em gestões públicas progressistas, administradas por partidos de esquerda. Entre elas, a política cultural de “Descentralização da Cultura”, durante a gestão petista de Olívio Dutra, na Administração Popular da cidade de Porto Alegre, bem como a perspectiva da “Cidadania Cultural”, na cidade de São Paulo, sob o comando de Luiza Erundina. A ampliação de

iniciativas culturais, como a oferta de oficinas de artes em comunidades de periferia, apontaram como caminho possível o deslocamento e a emergência de novos espaços de produção cultural, a partir de uma visão marcada pela valorização da pluralidade da produção cultural, com capacidade de organizar novos territórios. Esses territórios emergentes – em suas distintas formas de organização; de produção; de reapropriação dos espaços da cidade e da periferia, entre outros – vêm construindo estratégias de afirmação e resistência que, alimentadas por uma ética de solidariedade e por uma política da amizade, fomentam identidades inventivas e desejantes e são fortalecidas por meio dos intercâmbios de experiências com capacidade de respostas à formação de redes e de novas ações e corredores culturais (DORNELES, 2011).

As políticas de base comunitária têm o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas, tendo como

protagonista a comunidade, o coletivo e as minorias culturais. Nesse sentido, Porto (2009) relata que uma política cultural de base comunitária não tem como principais destinatários artistas e produtores, mas sim a comunidade. Do mesmo modo, é importante ressaltar que a experiência estética vivida como fruição artística potencializa novas identidades inventivas gerando agentes criativos no âmbito da cadeia cultural local (DORNELES, 2011). Esses agentes atuam em diferentes áreas do fazer artístico e cultural do território e fora dele, com capacidade de intercâmbio e interlocução de trocas e formação de redes culturais, a fim de constituírem e participarem de processos culturais mais amplos.

Foi a partir dessas experiências de base comunitária que o Ministério da Cultura, durante o governo Lula e a gestão do ministro Gilberto Gil, implementou o Programa Nacional de Cultura, Arte e Cidadania – Cultura Viva / Pontos de Cultura, instituído em 06 de julho de 2004, pela Portaria nº 156. O Programa Cultura Viva - PCV, por meio da certificação de diferentes iniciativas de base comunitária identificadas, a partir do fomento do MinC, como Pontos de Cultura, enfrentou o desafio

de promover no âmbito nacional uma ação ampla de política cultural que, amparada em pressupostos de participação e descentralização, se comprometeu em revigorar as ideias e os ideais até então operados de modo mais local. Em 2010, no fim do governo Lula, contabilizou-se o impacto do Cultura Viva com 3.500 Pontos de Cultura, beneficiando mais de 8 milhões de pessoas, sendo estes, em sua maioria, jovens de regiões mais afastadas e vulneráveis, moradores de favelas, aldeias indígenas e quilombolas. Contabilizou-se também cerca de 30 mil postos de trabalho em ações comunitárias que dialogam com a cultura digital, inovação e tradição cultural. Como expressão de política pública de cultura nacional de base comunitária, o PCV tornou-se referência internacional que tem servido de modelo para a constituição dessas políticas públicas em diferentes países da América Latina. Em 2014, a Lei Cultura Viva (Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014) institucionalizou a política cultural de base comunitária e ampliou seu compromisso com os diferentes entes federados.

No âmbito do Programa Cultura Viva, vale ressaltar que, embora até

2014 não houvesse uma ação específica de fomento a iniciativas que se desenvolvessem para o público com pessoas com deficiência, foi no V Encontro Nacional de Pontos de Cultura – TEIA, por meio da constituição de novos Grupos de Trabalho – GT - do programa, que se criou o GT de Pontos de Cultura e Acessibilidade Cultural. Parte dessa articulação foi resultado da formação em acessibilidade cultural realizada pela UFRJ, por intermédio da iniciativa do CEAC e do Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural - ENAC.

A baixa escolaridade e a precariedade de vida das pessoas com deficiência são preocupações para a Organização das Nações Unidas – ONU. Em todos os países, grupos vulneráveis, como mulheres, pessoas no limiar de pobreza extrema e pessoas idosas apresentaram incidências superiores de deficiência. Para todos esses grupos, a taxa é superior nos países em desenvolvimento. A prevalência da deficiência nos países de renda mais baixa, entre pessoas com idades de 60 anos ou mais, por exemplo, foi de 43,4%, enquanto totaliza 29,5% nos países com renda mais elevada (Relatório Mundial sobre

deficiência, 2011). A agenda 2030, plano global para atingirmos em 2030 um mundo melhor para todos os povos e nações, equilibra as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. A Agenda 2030 é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - e 169 metas. As políticas públicas e as diversas iniciativas visando ampliar o capital cultural das pessoas com deficiência são cruciais para que os objetivos e metas da Agenda 2030 sejam alcançados e são igualmente importantes no enfrentamento das desigualdades sociais inerentes a essa população.

Para o enfrentamento desses fenômenos sociais, defendemos as estratégias que visam ao fortalecimento do capital cultural das pessoas com deficiência, sobretudo que sejam pautadas em políticas culturais de base comunitária. Dessa forma, propõe-se aqui a discussão de iniciativas para qualificar a agenda de direito cultural das pessoas com deficiência, bem como ações para comprometer os diferentes agentes do campo da cultura com a qualificação do capital cultural dessa população. Nesse sentido,

fazemos também um convite ao Cultura Viva, que, atento às ações de base comunitárias e privilegiando processos de emancipação e cidadania, espaços de resistência e identidade coletiva, se comprometa com a construção de uma sociedade anticapacitista.

### **Capital Cultural e Pessoas com Deficiência**

Estudiosos da população com deficiência têm destacado a existência de um círculo vicioso entre a pobreza e a deficiência. As pessoas pobres têm maior risco de adquirir uma deficiência, devido, entre outras coisas, à falta de acesso à boa alimentação, aos serviços de saúde, saneamento etc. (DORNELES; CARVALHO; MEFANO, 2018).

No Brasil, a análise dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) retrata uma estreita relação entre deficiência, pobreza e precárias condições de vida. Na população acima de 15 anos de idade com, pelo menos, uma deficiência investigada, verificou-se que: 61,10% não têm instrução nenhuma ou possuem o ensino fundamental incompleto; 14,20% têm fundamental completo e médio

incompleto; 17,70% têm ensino médio completo e superior incompleto; 6,70% têm superior completo; e 0,40% indeterminado. Um estudo mais recente da Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em parceria com o IBGE (2019), demonstra que este quadro não mudou. Observa-se que a pesquisa realizada, que analisou a distribuição do percentual das pessoas com mais de 18 anos com deficiência, constatou que 67,6% dessa população não tem instrução e possui ensino fundamental incompleto; 10,8% têm ensino fundamental completo e médio incompleto; 16,6% têm ensino médio completo e superior incompleto; e 5,0% têm superior completo.

Não se pode deixar de considerar que a classe social, o local de moradia, a religião, a sexualidade, a idade, a raça e o gênero exercem efeitos sobre os indivíduos nas diversas esferas. Nesse sentido, insere-se o conceito de deficiência também sob a lente da interseccionalidade. O termo interseccionalidade é definido por Crenshaw (2002) como as "várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de raça e gênero" (CRENSHAW, 2002, p. 171). Segundo



a autora, existe um tipo de discriminação que tem rebatimentos em todas as esferas da vida social e laboral e que se apresenta em uma forma de subordinação diretamente relacionada a questões de gênero e raça. A “discriminação interseccional” considera que grupos sociais não são homogêneos, seja de mulheres ou negros, e que existem também outras características e experiências pessoais presentes, tornando-os diferentes e múltiplos em suas particularidades.

Como destacado anteriormente, a baixa escolaridade e a precariedade de vida das pessoas com deficiência são preocupação para a ONU e estão pautadas na agenda 2030. Gehre e Resende (2019, s/p) fazem algumas críticas à Agenda 2030 que devem ser consideradas. Os autores apontam que o “sentimento de positividade que parece nortear a Agenda 2030 e os ODS na medida em que ‘busca fortalecer a paz universal com mais liberdade’, contrasta com a realidade vivida em muitos lugares do planeta”. A falta de reconhecimento das múltiplas dimensões da pobreza e a ideia de sua erradicação reduzida a uma visão econômica expressam os traços e evidências de uma visão liberal. Apesar

da interseccionalidade - relacionada a temas como gênero, raça e sexualidades - ser abordada, os autores criticam que as jovens e meninas em situação de vulnerabilidade não encontram eco nas metas estabelecidas globalmente.

De acordo com Dorneles (2021), entre os objetivos da Agenda 2030, o ODS 4, que versa sobre o acesso a uma educação “inclusiva, equitativa e de qualidade”, parece se apresentar como uma porta de entrada para a pauta da cultura para pessoas com deficiência, visto que, tradicionalmente, é por meio de diferentes iniciativas de educação formal que a maioria das crianças e jovens acessa pela primeira vez os espaços culturais dos diferentes tipos: museus, centros culturais, teatros, salas de exposição das artes visuais e cinemas, entre outros. Algumas iniciativas de ação educativa comprometidas em buscar soluções para a promoção de acessibilidade cultural para pessoas com deficiência acontecem no país, ainda que em pequena escala no contexto dos espaços culturais. Portanto, dignificar o capital cultural das pessoas com deficiência em nível mundial e erradicar a pobreza são fundamentais para um

mundo sustentável. Assim, se é urgente romper com a existência do círculo vicioso entre a pobreza e a deficiência, questiona-se: qual o papel da cultura e das políticas públicas culturais?

A Agenda 2030, em seu ODS 8, aponta também para a importância de se promover o crescimento econômico inclusivo, o que demanda a necessidade de sensibilizar os gestores de cultura no sentido de que incluam as pessoas com deficiência em suas equipes. Quem atua na pauta da acessibilidade cultural reconhece que os melhores consultores e mediadores para as ações de acessibilidade cultural nos ambientes e projetos culturais são as próprias pessoas com deficiência (DORNELES, 2021).

A ampliação da participação ativa das pessoas com deficiência nos diferentes programas, projetos e ações culturais acessíveis nos últimos anos tem provocado a construção de novos paradigmas no campo cultural, a partir da emergência de novos conceitos. É fundamental que as iniciativas de gestão e políticas culturais estejam comprometidas com a pauta anticapacitista.

Para Dias (2013), “a concepção central expressa por capacitismo pode ser associada com a produção de poder pela narrativa social, relacional com a temática do corpo e ao padrão corporal perfeito, dito normal e normativo” (DIAS, 2013, p. 5). Para Régis (2013), “a discriminação baseada na deficiência [é] decorrente da crença de que as pessoas com deficiência são inferiores” (REGIS, 2013, p. 120). Mello (2020) aponta que “as lutas anticapacitistas e anticapitalistas estão do mesmo lado da trincheira” (MELLO, p. 99), mas, para isso, deve-se romper com a narrativa hegemônica da deficiência como uma experiência individual, que tem sido pautada pela perspectiva do modelo médico da deficiência e compreender como o processo de desenvolvimento do sistema capitalista e seus princípios de competição, trabalho especializado e obtenção de lucro máximo impactam a discriminação socioeconômica, sendo uma das principais formas de opressão das pessoas com deficiência.

As políticas públicas e as diversas iniciativas visando ampliar o capital cultural das pessoas com deficiência são cruciais para que os objetivos e metas da Agenda 2030



sejam alcançados e são igualmente importantes no enfrentamento das desigualdades sociais inerentes a essa população.

Com base em Bourdieu (2007), compreende-se capital cultural como o conjunto das qualificações intelectuais transmitidas pela família (primário) ou produzidas pelo sistema escolar (secundário) e que existem sob três formas. São elas: o estado incorporado - sob a forma de disposições duráveis do organismo e quando sua acumulação está ligada ao corpo, exigindo incorporação, demandando tempo e pressupondo um longo trabalho de inculcação e assimilação; o estado objetivado - sob a forma de bens culturais (quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas) transmissíveis de maneira relativamente instantânea quanto à propriedade jurídica; e o estado institucionalizado - consolidando-se nos títulos e certificados escolares que, da mesma maneira que o dinheiro, guardam relativa independência em relação ao portador do título.

Ainda com o apoio de Bourdieu, podemos pensar que, no Brasil, a lei das cotas, que garante reserva de vagas nas instituições de ensino para

as pessoas com deficiência, é uma iniciativa que favorece o acúmulo do capital cultural em seu estado institucionalizado. As iniciativas de base comunitária - a cultura de bairro -, por outro lado, podem estar potencialmente relacionadas a outros dois estados do capital cultural: estado incorporado e objetivado.

As iniciativas culturais de base comunitária, como um Ponto de Cultura, podem ser a primeira oportunidade de convivência sociocultural de pessoas com deficiência, portanto, se desde cedo elas forem expostas aos ambientes culturais, o capital cultural em seu estado incorporado será favorecido. Isso ocorre porque a acumulação de capital cultural sob essa forma exige uma incorporação que pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação e custa tempo, que deve ser investido pessoalmente. Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do "sujeito" sobre si mesmo, e as vivências culturais desde a infância são fundamentais. Há a perspectiva a longo prazo, que é geracional. Se os pais forem, desde sempre, frequentadores desses espaços, tendem a levar seus

filhos, sejam eles pessoas com deficiência ou não.

O capital cultural no estado objetivado é o mais instantaneamente transmitido, visto que está apoiado nos suportes materiais, tais como escritos, pinturas, monumentos etc., logo, é transmissível em sua materialidade. Os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material ou simbólica, o que pressupõe o capital cultural. Logo, ao se ampliar as oportunidades de acesso a esses suportes materiais, por meio das políticas culturais de base comunitária, abarca-se a perspectiva da cidadania cultural em sua diversidade, agenciada pela lógica horizontal dos processos educativos e de ação cultural. E estes encontram-se, em sua maioria, nas iniciativas de Pontos de Cultura, articulando diálogos entre cultura popular, erudita, de povos tradicionais e culturas emergentes, entre outros. No processo dos intercâmbios culturais entre os Pontos de Cultura, por meio das ações das redes, as relações interculturais são vivenciadas.

## **Acessibilidade Cultural e Pontos de Cultura**

Como já apresentado, o Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural – CEAC - e o Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural - ENAC, ambos desenvolvidos pela UFRJ em parceria com o MinC, foram fundamentais para a constituição do GT Pontos de Cultura e Acessibilidade Cultural, do então Programa Cultura Viva.

O CEAC é uma iniciativa do Laboratório de Arte, Cultura e Acessibilidade Cultural - LACAS - do Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ. Tal iniciativa acompanha um conjunto de ações do MinC de promoção à cidadania cultural das pessoas com deficiência, como resultado da Oficina Nacional de Indicações de Políticas Públicas Culturais para a inclusão de Pessoas com Deficiência, realizada em 2008 pela então Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural - SID/MinC e pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz (DORNELES, 2013).

O LACAS tem atuado ativamente na construção da política

pública de cultura para a promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência. Criado em 2010, o laboratório tem como principal objetivo desenvolver pesquisa, ensino e extensão, de forma indissociável, articulando conceitos e práticas e desenvolvendo conteúdos e reflexões em diálogos interdisciplinares entre as áreas de arte, cultura, acessibilidade e saúde. Desde a sua criação, e com o objetivo de apoiar o MinC na promoção da política pública cultural acessível, o LACAS, inicialmente por meio da SID e depois pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural - SCDC, desenvolve um conjunto de projetos que atendem às proposições das ações e diretrizes da Oficina *Nada sobre nós sem Nós* e das metas e diretrizes do Plano Nacional de Cultura – PNC, do Sistema Nacional de Cultura.

A participação ativa das iniciativas do LACAS na constituição da rede a qual denominamos Rede de Articulação, Fomento e Formação em Acessibilidade Cultural - RAFFACULT - e sua atuação no estabelecimento das metas 3.18 e 3.11 da III Conferência Nacional de Cultura - CNC - destacam-se como orientações para qualificar a promoção da cidadania cultural das

pessoas com deficiência e o compromisso das políticas públicas culturais, bem como as conquistas que se expressam na institucionalização da política pública cultural acessível nas Instruções Normativas 05/17 da Lei Rouanet e 116/2014, 132/2017 e 145/2018 da Agência Nacional de Cinema - Ancine.

O CEAC é o primeiro curso de pós-graduação na América Latina com a temática da acessibilidade cultural que visa à promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência. O ENAC, por sua vez, é um dos primeiros encontros nacionais sobre o tema.

Atualmente, quando nos debruçamos sobre a trajetória do CEAC, constatamos que ele se firmou como um instrumento de formação, articulação e fomento na pauta da acessibilidade cultural. Para além do curso em si, o CEAC agregou iniciativas com o objetivo de ampliar a formação sobre o tema, de forma comprometida com a dimensão continental do país e com os diferentes atores do campo no nível nacional. Seu objetivo inicial foi apoiar o MinC a impulsionar a política pública de acessibilidade cultural em todo o território brasileiro.

O CEAC é oferecido para funcionários públicos em cargos de gestão cultural, docentes de universidades públicas, pessoas com inserção nos Pontos de Cultura, além de outros segmentos da sociedade civil. O curso, dessa forma, transcende a formação e torna-se um sustentáculo de parcerias entre aqueles que se identificam e se comprometem em difundir e implementar políticas públicas na área de cultura. Discentes egressos comumente se envolvem e, fomentando o engajamento nos movimentos sociais relacionados à temática, concretizam ações multiplicadoras a partir de distintas e inovadoras iniciativas.

O curso foi proposto tendo em vista as demandas surgidas inspiradas na necessidade de capacitação e formação em acessibilidade cultural, que foram identificadas por meio das ações e das diretrizes da oficina *Nada Sobre Nós Sem Nós*. A proposta do CEAC atende à ação 1.2 da diretriz 1 de acessibilidade cultural, que se refere à promoção da capacitação dos gestores, técnicos e avaliadores dos editais públicos, considerando a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; a meta 1.3

da diretriz 1 de Fomento, que enfatiza a questão da formação continuada de profissionais, com ou sem deficiência, com relação à área de cultura, arte e informação para atuar com pessoas com deficiência na área cultural; e a ação 2.1 da diretriz 2 de Difusão, que menciona a criação de cursos de formação/capacitação para artistas e gestores. Ademais, relaciona-se, de forma indireta, às outras diretrizes e ações propostas na já mencionada oficina (AMARANTE; LIMA, 2009).

O CEAC contribui diretamente para a consolidação das metas do PNC, em especial das metas 35 e 36, que apontam, respectivamente, para a necessidade e o desafio de capacitação de gestores em 100% dos equipamentos das instituições culturais e para a capacitação de gestores de cultura e conselheiros em cursos promovidos ou certificados pelo MinC em 100% das Unidades da Federação e 30% dos municípios, dentre os quais 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes. Ou seja, as diversas e diferentes ações inerentes à formação que foram implementadas surgiram a partir da especialização e proporcionam às pessoas capacitadas a expansão de suas iniciativas em

diferentes áreas de ações da Acessibilidade Cultural. Dessa forma, o curso contribui ainda em prol da meta número 29, que nos desafia a garantir que 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendam os princípios previstos na legislação pertinente aos requisitos legais de acessibilidade e ao desenvolvimento de ações visando a promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência. Destacamos ainda as metas 28 e 34. A primeira aponta para o aumento de 60% no número de pessoas que frequentam museu, centros culturais, cinemas, espetáculos de teatro, circo, dança e música, e a segunda indica a necessidade de modernização e melhoria das instalações na ordem de 50% para bibliotecas públicas e museus (BRASIL, 2012).

O curso orienta-se pela metodologia da implicação, que convoca discentes e pares a atuarem como multiplicadores do conhecimento de forma ativa junto das políticas culturais, ampliando o compromisso de todos com a cidadania cultural das pessoas com deficiência. Nas três edições do curso, desenvolveu-se um

conjunto de ações culturais como uma contrapartida dos discentes ao investimento público oferecido pela formação gratuita. Esse compromisso com a difusão da pauta sempre esteve destacado nos editais, comprometendo o candidato a ser multiplicador do tema após a conclusão de sua formação oferecida pela pós-graduação. Nesse sentido, um bom exemplo foi a proposta de um curso de extensão na modalidade EAD, realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, no qual os discentes da segunda turma, organizados em duplas, tiveram a oportunidade de atuar como tutores, mobilizando e mediando os conteúdos para 420 inscritos. Essa experiência, além de ser, por si só, um rico aprendizado e uma oportunidade de aprofundamento dos conteúdos, serviu como modelo para que os próprios discentes pensassem em suas estratégias para multiplicar o conhecimento adquirido.

A metodologia da implicação é baseada na pedagogia da implicação apresentada por Fagundes (2006). O teórico traduz os desafios de uma formação inédita como dispositivo de suporte de inauguração e construção

de uma política pública também inédita. Para isso, faz-se necessário articular diferentes estratégias que contemplem os diferentes atores envolvidos no campo: gestores públicos, organizações do terceiro setor, universidades e profissionais e indivíduos da sociedade civil envolvidos com o tema, como temos realizado. A pedagogia da implicação configura-se “como gestão de processos de mudança de si e dos entornos” (FAGUNDES, 2006a, p. 21), o que requer que os métodos transcendam a tradicional habilitação técnica, novas formas de gestão e administração, bem como elementos disparadores de desejos de processo de mudança, “mobilizando atos e estratégias de políticas no interesse de acolhimento de pessoas em projetos de vida e de presente, da democracia, cidadania e autoria” (FAGUNDES, 2006 b, p. 543).

Como o CEAC foi desenvolvido com o apoio da SCDC, responsável pelo Programa Cultura Viva, era importante capacitar as iniciativas de base de cultura comunitária ligadas ao programa, como os Pontos e Pontões de Cultura. Além disso, é importante considerar que grande parte dessa população à margem da sociedade se

encontra na linha da miserabilidade, sem acesso à educação e à cultura. Assim, as iniciativas culturais de base comunitária, como temos destacado, podem ser o primeiro acesso para este público a uma experiência artística e cultural. Essas vagas oferecidas aos Pontos e Pontões de Cultura também tinham como objetivo fomentar multiplicadores nas redes dos Pontos de Cultura e constituir, junto com o programa, o GT Pontos de Cultura e Acessibilidade Cultural, consolidado no II ENAC e no V TEIA.

Assim como o CEAC, o ENAC destaca-se por ser um encontro pioneiro no país que debate o tema da acessibilidade. O ENAC foi uma demanda do MinC que se tornou atividade associada ao projeto do CEAC e atende muitas metas apontadas nas diretrizes da Oficina *Nada sobre Nós sem Nós*, entre elas as metas 3.1, 5.2 e 5.3 das diretrizes 3 e 5 da temática do GT Patrimônio; as metas 3.1, 3.2 e 3.3 da diretriz 3 do GT sobre Difusão; e a meta 2.5 da diretriz 2 do GT Acessibilidade.

O ENAC é, também, o grande instrumento da articulação da RAFFACULT e constitui uma rede sólida de universidades parceiras,



como, por exemplo, a UFRGS, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN - e a Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Atualmente, em fase de organização de sua IX edição, inclui-se a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, por intermédio do Laboratório de Acessibilidade Cultural, como uma parceira ativa na coordenação executiva desde a sua oitava edição. No ano de 2019, o ENAC ofereceu dezesseis cursos de capacitação, ampliando a rede de universidades e instituições parceiras. Entre elas, destacam-se a Fiocruz, o Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ, a Universidade Federal do Ceará - UFC, a Universidade Federal do Piauí - UFPI - e a Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Entre os parceiros que têm acompanhado as últimas edições, destacam-se o Instituto Politécnico de Leiria, em Portugal, e as instituições do terceiro setor: Escola de Gente/RJ e Mais Diferenças/SP.

A programação do ENAC contempla minicursos, oficinas, seminário, apresentação de trabalhos, rodas de conversas, circuito cultural e espetáculos artísticos culturais acessíveis. No ano de 2023

comemorou-se os 10 anos de ENAC e lançou-se a Rede Interuniversitária de Acessibilidade Cultural - RIACult, inicialmente composta pela UFRJ, UFRN, UFRGS, além da Universidade do Amapá - UNIFAP - e da Universidade de Brasília – UnB, que se somam ao grupo.

Junto com o I ENAC e realizou-se o Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais- III SENAAC promovido pela UFRGS, em abril de 2013 – como inauguração da primeira turma do CEAC –, realizou-se também a I Conferência Livre de Acessibilidade Cultural - CLAC, por solicitação da SCDC, que resultou em 90 propostas para a III Conferência Nacional de Cultura, realizada entre 27 de novembro e 01 de dezembro de 2013.

O resultado da sistematização das proposições da CLAC gerou a aprovação da proposta 3.18 entre as quatro primeiras do eixo Direitos Humanos e Cultura, na CNC, indicando, assim, a promoção da política de acessibilidade cultural para pessoas com deficiência como uma das políticas públicas a ser implementada como prioritária. Essa proposta convoca a muitos compromissos para a

sua implementação, qualificando a política de acessibilidade cultural para pessoas com deficiência. Entre eles, destaca-se que é por meio de capacitação e qualificação de recursos que se avança na implementação das políticas de acesso das pessoas com deficiência, incapacidade temporária e/ou mobilidade reduzida à produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais.

Nessa perspectiva, entre tantas tarefas, estão as metas (d) e (e). A primeira aponta para a necessidade de promover a capacitação para a Plena Acessibilidade Cultural e Artística dos agentes culturais, movimentos sociais e entidades culturais públicas e privadas, atuantes na área de educação e cultura; a segunda, para a promoção e a capacitação dos mediadores, gestores, técnicos e avaliadores dos editais públicos, tendo como condição *sine qua non* a participação da pessoa com deficiência para a validação do processo. Os discentes do CEAC, envolvidos e articulados com as políticas culturais, participaram das conferências municipais e alguns se elegeram como delegados para as conferências estaduais, levando adiante a temática da política cultural

acessível a pessoas com deficiência. Na CNC, de um grupo de cerca de 30 representantes da pauta, cinco pertenciam ao grupo do CEAC e foram articuladores em diferentes regiões do país. Registra-se também a aprovação da proposta 3.11, que, diferentemente da já referida 3.18, não tinha o status prioritário.

O II ENAC, por solicitação novamente da SCDC do então MinC, realizou-se em maio de 2014 na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, no âmbito do V Encontro Nacional de Pontos de Cultura. A realização do II ENAC – UFRJ e do III SENAAC – UFRGS aconteceu em parceria com professores colaboradores da UFRN. Nessa segunda edição do encontro, incorporamos oficinas à programação e criamos o GT Nacional de Pontos de Cultura e Acessibilidade Cultural no âmbito do PCV. Nesse evento foi lançado o abaixo-assinado para a inserção dos recursos de acessibilidade na produção do cinema nacional – hoje legislação –, e inserimos a UFRN na rede de universidades parceiras. O ENAC tornou-se uma agenda importante para quem está envolvido com o tema.

No total das três edições do CEAC (2013, 2015 e 2018), formaram-se diversos representantes de Pontos de Cultura. As vagas para os Pontos acompanhavam a distribuição do edital, sendo uma vaga por região, recebendo apoio para as aulas concentradas do curso, que aconteciam de forma presencial na cidade do Rio de Janeiro. Além da formação ofertada na pós-graduação, por meio da parceria com a UFRGS, na segunda edição do CEAC desenvolvemos o curso de extensão *Acessibilidade em Ambientes Culturais*. Os estudantes do CEAC de Pontos de Cultura, assim como os outros estudantes da pós, foram qualificados para se tornarem multiplicadores por meio da mediação do curso de extensão oferecido para os Pontos de Cultura de todo o país. Da mesma forma, observamos a dificuldade, na época, dos Pontos de Cultura aderirem às vagas ofertadas, percebendo-se também uma dificuldade de responderem o mapeamento que realizamos com o objetivo de conhecer os Pontos de Cultura do Brasil que atuavam com pessoas com deficiência.

A qualificação dos Pontos de Cultura nesta pauta sempre foi uma prioridade. Como já demonstrado

anteriormente (Dorneles, 2011), projetos culturais de base comunitária estão muito mais próximos das pessoas com deficiência, devido à grande parte desta população viver nos territórios de vulnerabilidade social. E uma iniciativa como a dos Pontos de Cultura pode ser uma primeira possibilidade de educação não formal no campo das artes e da cultura para esta população.

No lançamento da chamada do curso percebeu-se uma dificuldade de adesão dos Pontos de Cultura para as inscrições. Assim, com o apoio da antiga SCDC, reforçamos a mobilização e ampliamos o prazo para que preenchessem as vagas destinadas a este grupo. Observou-se, na ocasião, a menor participação da região Centro-Oeste e 28,46% de desistentes, de forma geral.

Como já apresentado em estudos anteriores, muitas vezes fica difícil a participação dos Pontos de Cultura em pesquisas e capacitações, pois geralmente este trabalho depende de uma dedicação voluntária e um conjunto de colaboradores que se dividem em diferentes horários para dar prosseguimento às atividades do Ponto. Desse modo, nem sempre é

possível dispor de carga horária além do trabalho já realizado. Observou-se ainda que no período do curso havia uma baixa cultura de qualificação em formato EAD, e a fragilidade dessas instituições em relação à qualidade de rede e de equipamentos deve ser considerada na avaliação de um número significativo de desistentes.

A participação da UFRGS na segunda edição do CEAC também teve como função auxiliar na ação de mapeamento dos Pontos de Cultura e Acessibilidade. O objetivo desse mapeamento foi de levantar dados sobre a atuação dos Pontos de Cultura, de forma geral, sobre acessibilidade cultural para pessoas com deficiência, e ele serviu como base para diferentes qualificações de ações comunitárias para a pauta da acessibilidade cultural para pessoas com deficiência.

A equipe da UFRGS apresentou no III ENAC o esboço de um pequeno mapeamento realizado nos Pontos de Cultura de Porto Alegre como um estudo de caso. Entre as maiores dificuldades apresentadas estava o retorno dos Pontos de Cultura sobre o questionário que era enviado por e-mail. Essa dificuldade é tema registrado em muitas teses e dissertações sobre o

programa. Entre as observações registradas nesses estudos e outros relatórios do próprio Programa Cultura Viva, encontramos:

1) A falta de tempo para participar de pesquisas. É importante destacar que, naquele período, em sua grande maioria, as atividades dos Pontos eram desenvolvidas por um grupo de colaboradores voluntários que as dividiam com suas rotinas pessoais. Dessa forma, muitas vezes, participar das pesquisas e mapeamentos realizados pelo próprio MinC não era visto como prioridade para a manutenção das atividades. Cabe lembrar que nessa fase também se iniciavam os processos de construção de indicadores culturais para as políticas públicas culturais, que se renovaram com a gestão dos ministros Gil e Juca Ferreira, bem como para o próprio Programa Cultura Viva e sua inovação.

2) Um comportamento de resistência crítica por se tornarem objetos de estudo, com pouco retorno do compartilhamento dos resultados.

3) A dificuldade de endereços de contatos atualizados dos Pontos. Embora as Regionais do MinC sempre buscassem manter as planilhas de

contatos dos responsáveis atualizadas, muitas vezes o Ponto de Cultura trocava a gestão e a pessoa de referência sem atualizar o MinC sobre tal iniciativa. O fato de os e-mails de contato muitas vezes serem pessoais e não institucionais dificultava o acesso e o retorno de diferentes pesquisas e mapeamentos sobre os Pontos e suas ações. Dessa forma, na exposição da equipe da UFRGS no III ENAC, essa dificuldade foi apresentada.

Assim, o GT de Pontos de Cultura, que se encontrava e se expandia no evento com os novos integrantes da segunda turma do CEAC, tornou-se parceiro e mobilizador do mapeamento. Novas sugestões sobre o questionário e a forma de mobilização foram construídas com os integrantes do GT. O uso da plataforma Corais foi uma delas, já que a rede de Pontos de Cultura se utilizava dessa plataforma para muitas atividades desse tipo.

Iniciou-se a partir daí um novo formato de mobilização, que seguiu até 2017, com o objetivo de mapear o máximo possível de informações sobre os Pontos, a fim de, no futuro, oferecer formações e intercâmbios entre os GT de Pontos de Cultura e Acessibilidade

Cultural e aqueles Pontos de Cultura que não atuavam com pessoas com deficiência. Outro objetivo era qualificar a ação dos Pontos de Cultura para que pudessem receber também, em suas atividades, pessoas com deficiência, de sua comunidade, para ampliar o próprio GT.

O GT Acessibilidade, criado no ano de 2014 na cidade de Natal/RN, no âmbito do Encontro Nacional dos Pontos de Cultura - Teia Nacional da Diversidade, teve em sua formação uma representatividade colegiada, composta por doze integrantes de Pontos de Cultura de todo o território nacional. A programação teve como marcos políticos estratégicos o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, o II Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural - UFRJ e o IV Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais - UFRGS.

O GT Acessibilidade teve por missão buscar, com os demais agentes culturais, uma cultura de acessibilidade em que todas as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida tivessem as mesmas oportunidades de acesso e participação em eventos culturais, assim como potencializar o protagonismo de sujeitos com

deficiência em ambientes culturais para que eles pudessem ter a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade, conforme preconiza o artigo 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, promulgada no Brasil pelo Decreto Lei n.º 6.949/2009 (Brasil, 2009).

Nesse contexto, no ano de 2015, o projeto do Mapeamento de Acessibilidade Cultural nos Pontos de Cultura foi inicialmente construído, como demanda da participação da equipe da UFRGS e do CEAC - UFRJ, em parceria com o GT de Acessibilidade e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, com o propósito de auxiliar o encaminhamento do mapeamento sobre acessibilidade cultural a ser aplicado na Rede de Pontos de Cultura.

A Rede de Pontos de Cultura do Brasil é composta por núcleos que englobam a diversidade cultural de todo o território nacional e que, por falta de informação e investimento, têm a questão da acessibilidade realizada de maneira tímida ou quase nula.

O mapeamento teve muitas dificuldades de ser desenvolvido com uma maior participação dos Pontos. Essa dificuldade de engajamento dos Pontos de Cultura no mapeamento já foi apresentada anteriormente e sempre é relatada em experiências de pesquisa e de mapeamentos sobre os Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva. No entanto, no caso do mapeamento da Acessibilidade Cultural com os Pontos de Cultura, a equipe registrou: um excesso de contatos inválidos de e-mail; a insegurança de responderem as questões por certo receio de receberem algum processo do Ministério Público ou outras instituições de controle, por não terem os recursos de acessibilidade; a dificuldade de acessar a plataforma Corais; e muito desconhecimento sobre o tema, a ponto de acharem irrelevante a sua participação, já que não recebiam pessoas com deficiência.

Assim como as Representações Regionais - RR - do MinC apoiaram o mapeamento divulgando nos seus boletins e nos repassando as planilhas de contatos dos Pontos por região, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e o GT de Acessibilidade também apoiaram a mobilização da



participação. Com o objetivo de atingir um maior número de participantes, a equipe do CEAC utilizou-se de estratégias de participações presenciais em alguns encontros de Pontos de Cultura ou TEIAS regionais, encontros nacionais com distribuição física dos questionários, contatos diretos com consulta por ligação telefônica e sistematização dos dados na plataforma Corais dos questionários físicos, por meio do trabalho de bolsistas que atuaram para finalizar essa sistematização. O mapeamento que foi ressignificado e iniciado a partir do III ENAC com mais vigor atravessou o projeto como um todo, no sentido de cada vez mais acessar os Pontos de Cultura e construir no futuro estratégias de capacitações. Ao todo, foram 183 Pontos de Cultura mapeados. O retorno do mapeamento apresenta dados interessantes.

Observou-se a forte participação no mapeamento dos Pontos de Cultura do Sudeste e Nordeste. A região Centro-Oeste, no período, não tinha uma representação regional, sendo o trabalho articulado por meio da sede do MinC, em Brasília. A falta de uma RR na região, com um trabalho específico para a divulgação e articulação da

política cultural local e do governo federal impactaram o resultado. Diferente de outras regiões que tinham a presença de uma RR, a região Centro-Oeste não recebia boletins informativos, por exemplo. Os boletins das RR formam um grande instrumento para divulgação de diferentes atividades do MinC, como o próprio mapeamento. A região Norte, mesmo com suas diferentes dificuldades, principalmente aquelas de escala territorial e dificuldade de acesso à internet, já que tínhamos muitos Pontos de Cultura de floresta, teve maior participação no mapeamento.

A questão sobre o espaço da sede teve como princípio verificar as possibilidades de implementação de acessibilidade física. Como demonstrado, e como já sabíamos, muitos Pontos de Cultura, na época, atuavam em espaços cedidos. Uma sede própria tem mais chance de ser acessível no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica ou ao investimento em reformas para tal.

As três últimas questões da pesquisa revelaram aspectos curiosos. A equipe que atuou no mapeamento da UFRGS, da UFRJ e do GT de Acessibilidade da Rede dos Pontos de

Cultura suspeitou que havia muitas respostas afirmativas no que se refere à aptidão de receber pessoas com deficiência. Esses dados, bastantes positivos, acerca da atenção às pessoas com deficiência nos Pontos de Cultura, talvez fossem uma resposta dada pelo constrangimento de negar a viabilização de acesso a todas as pessoas em seus projetos e locais de atuação. Também se observou que havia uma pequena diferença nos números entre aqueles que se diziam atender e os que se declararam aptos a atender. Nas respostas subjetivas, tornou-se compreensível que a boa vontade, ou o desenvolvimento da abordagem atitudinal - considerada uma dimensão de acessibilidade, foi considerada uma forma de acolher as pessoas com deficiência nos Pontos de Cultura. A ausência de respostas no quesito sobre recursos apontou uma dificuldade de revelá-los, talvez por falta desse conhecimento. Uma quantidade menor de respostas sobre a relação da disponibilidade de recursos e de se considerar aptos a atender pessoas com deficiência reafirmou a acessibilidade atitudinal como um caminho de acolhimento dessa população nas atividades dos Pontos.

Ao nos debruçarmos sobre as respostas subjetivas encontramos nove iniciativas que anunciam o espaço físico adaptado, principalmente para receber pessoas que fazem uso de cadeiras de rodas e mobilidade reduzida. Desses nove, apenas um possui todos os recursos de acessibilidade arquitetônica implementados, tais como: uso de piso tátil, comunicação e sinalização em *braille*, entre outros. Embora a acessibilidade arquitetônica seja um grande recurso, ela por si só não garante que pessoas com outras deficiências tenham acesso à fruição cultural de produtos artísticos e atividades culturais do Ponto.

Um conjunto de onze respostas declarou que os recursos que possuem são profissionais da área da saúde ou ciências humanas, como o caso da psicologia. Esses Pontos de Cultura anunciam médicos, psicólogos e outros profissionais da assistência e da saúde como sendo os recursos que dispõem para atender as pessoas com deficiência. Essas respostas podem nos levar a muitas reflexões. A primeira é que o Ponto de Cultura atua com pessoas com transtorno mental. A segunda reflexão é que o Ponto de

Cultura pode ainda interpretar que a deficiência é doença, paradigma ultrapassado na área, o que dificulta a compreensão do modelo social da deficiência, tão necessário para avançar nas políticas públicas para essa população e conquistado a partir da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência. De resto, e de modo geral, encontramos uma ou outra iniciativa que de fato atua com instrumentos e recursos de tecnologia assistiva para facilitar a mediação da ação educativa do Ponto com a população com deficiência atendida. Uma ou outra iniciativa tem, de fato, um corpo técnico qualificado na promoção da pauta da acessibilidade cultural para as pessoas com deficiência. E, no mais, observou-se um conjunto de respostas sem nenhuma objetividade e relação com a apresentação dos recursos acessíveis para as pessoas com deficiência. Dessa forma, denotou-se uma grande fragilidade nas ações acessíveis para pessoas com deficiência nos Pontos de Cultura.

Entre os TTCs da II turma do CEAC, três dedicaram-se ao tema da Acessibilidade Cultural e dos Pontos de Cultura, justamente para qualificar o mapeamento e dar também pistas

importantes para a qualificação de iniciativas de base comunitária na promoção da acessibilidade cultural. Foram eles: *Ações de Acessibilidade Cultural para Pessoas com Deficiência no Sistema MinC e a Colaboração dos Pontos de Cultura no Processo de Inclusão desse Segmento*, de Sandra Cipriano Chaves; *Acessibilidade na Rede de Pontos de Cultura de São Paulo*, de Bruna Bucket; e *Acessibilidade Cultural nos Pontos de Cultura da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Minas Gerais*, de Vânia Cuenca.

### **Desafios da Política Cultura Viva para uma cultura anticapacitista**

É importante compreender que o capacitismo está para as pessoas com deficiência tal como o racismo para as pessoas negras, o machismo para as mulheres e a LGBTfobia para as pessoas LGBTQIA+.

Se o anticapacitismo deve ser compreendido como a luta contra o preconceito que sofrem as pessoas com deficiência, pela cultura capacitista, a partir das reflexões decoloniais é possível pensar de que forma as experiências de base comunitária podem atuar para a

promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência.

Em estudo anterior sobre as ações de base comunitária (Dorneles, 2011) demonstra-se que as experiências estéticas desenvolvidas em espaços de acolhimento, afeto, de formação engajada e com capacidade de criação coletiva potencializam hermenêuticas instauradoras que se traduzem em ações culturais pautadas na construção do bem comum.

Dessa forma, faz-se necessário que as iniciativas de base comunitária conheçam e se apropriem das mais recentes discussões e das novas pautas apresentadas pelas pessoas com deficiência, tais como: capacitismo, teoria *Crip* e abordagem da PesquisaCOM, que, entre outras, têm nos provocado a dialogar com novas perspectivas epistemológicas.

A Teoria *Crip* é proposta por Robert McRuer (2006) a partir dos pressupostos da Teoria *Queer*. Assim como a abordagem da PesquisaCOM, ela questiona, critica e provoca, ao mesmo tempo, os mecanismos socioculturais de poder que conformam e compartilham sua posição radical frente aos conceitos de normalidade e à obrigação de seguir as regras da

heteronormatividade e integridade corporal compulsória (KOLÁROVÁ, 2010). Do inglês *cripple*, que significa aleijado, o termo *crip* não é mais restrito às pessoas com deficiência física. Atualmente, abrange também as deficiências sensoriais e intelectuais e pode ser também um posicionamento político (como o uso do termo *queer*) de pessoas sem deficiência (MISKOLCI, 2016). As questões em busca de "aleijar o mundo" têm se baseado em referenciais teóricos importantes, como Butter, Haraway e Braidotti entre outros, buscando romper com binarismos culturais e politicamente hierarquizados, e, ao contrário disso, propõe a compreensão da vida de forma relacional, não unitária e de enfoque antiessencialista. A perspectiva da teoria *Crip* é trazer visibilidade às identidades dissidentes e questionar as bases do patriarcado e do capitalismo, atuando na perspectiva da corponormatividade, o que implica a desnaturalização das identidades (HARAWAY, 2009).

Como apontam Magnabosco e Souza (2019), a Teoria *Crip* tem um posicionamento mais radical e contestatório, pois se revela identitária ao afirmar a deficiência com o objetivo

de fortalecer e reconhecer as lutas políticas da categoria pela ampliação de seus direitos, mas é também simultaneamente contraidentitária, pois se recusa a engessar-se em limites e definições preestabelecidas. É nesse sentido que o primeiro princípio da Teoria *Crip* apresentado por McRuer (2006) é a busca de conexões com outras formas de sofrimento, sem deixar de abordar a deficiência. O segundo é a reivindicação da condição dissidente, assim como na perspectiva *Queer*, de composição de uma coletividade em uma ação política. O terceiro princípio parte de uma visão que inclui as questões das acessibilidades, até mesmo uma visão mais global, que aponta para o combate ao neoliberalismo e seus impactos em relação à redistribuição de renda. O quarto princípio é a premissa de que um mundo com deficiência é possível e desejável e que se faz necessário “aleijar” os movimentos que não consideram a deficiência, por meio de seus silenciamentos e da propagação de ideias normalizantes. E, por fim, como quinto princípio tem-se: questionar as concepções e a materialização em esferas públicas e privadas das culturas capacitistas e das

deficiências.

No encontro com pessoas com deficiência, não raro nos deparamos com a narrativa da falta e do déficit ou com a ideia de que existem heróis e heroínas que superaram seus limites e vivem bem com a deficiência. Ambas as concepções são marcas do capacitismo, que é o preconceito contra pessoas com deficiência, ou seja, quando se considera uma pessoa inferior porque ela tem uma deficiência ou se exalta sua capacidade de superação. O capacitismo, assim como o racismo e o machismo, ao mesmo tempo que aparece em nossas ações e pensamentos singulares, também estrutura a nossa sociedade. Ao compreender que a falta e o déficit não estão nas pessoas com deficiência, mas sim no ambiente no qual vivemos, deslocamos a noção de deficiência. Compreender isso, entretanto, não retira de nós as responsabilidades singulares de mudar nossas ações e práticas cotidianamente, mas permite perceber que, se quisermos viver numa sociedade mais justa, ela precisa ser mais acessível, assim, é nossa tarefa engajar-nos também nessa luta. É preciso que pensemos e busquemos estratégias, considerando que somos

subjetivados numa sociedade capacitista, quer dizer, uma sociedade que não prevê a presença de pessoas com deficiência nos espaços onde circulamos (SILVEIRA, 2023). Dessa forma, faz-se necessário um maior compromisso com a visão anticapacitista, o que requer situar a deficiência na perspectiva interseccional; atuar no processo emancipatório do lugar da pessoa com deficiência nas lutas anticapacitistas; e fortalecer as trajetórias de lutas por reconhecimento das pessoas com deficiência e por políticas sociais.

No que diz respeito às pesquisas com pessoas com deficiência, a chamada PesquisaCOM tem nos convocado à atenção de uma metodologia implicada na ideia de que o outro exige que sejamos dignos do trabalho que fazemos juntos COM eles e não SOBRE eles (MORAES, 2010). Ou seja, dentro de um paradigma emancipatório que tem como finalidade principal fazer a pesquisa ser socialmente relevante para a vida das pessoas com deficiência, potencializando a sua capacidade de agência. Deve-se ter disponibilidade para escutar essas histórias, considerando as experiências das

pessoas com deficiência, levando em conta o referencial do outro. Os encontros mistos implicam riscos e colocam-nos – a todos e todas, pessoas com e sem deficiência – sob os riscos de não saber ao certo o que fazer para lidar com as diferenças que nos articulam, por outro lado, eles também nos ofertam a possibilidade de nos refazer das concepções preconcebidas de deficiência (ALVES; MORAES, 2018; SILVEIRA, 2023). Nessa perspectiva, em todos os projetos é preciso haver disposição para incluir as pessoas com deficiência no planejamento, criar espaços de avaliação das ações de acessibilidade e partilhar histórias e experiências com as pessoas com deficiência, que devem ser incluídas nos projetos como consultores, pois somente elas podem falar sobre a efetividade das ações propostas e como melhorar a experiência cultural. É necessário agir de forma comprometida com o lema das pessoas com deficiência “Nada sobre Nós sem Nós”.

### **Considerações finais**

A partir das reflexões propostas, buscou-se abordar as possibilidades e contribuições dos Pontos de Cultura na



elaboração das políticas públicas culturais de acessibilidade cultural de base comunitária. Relatou-se um período de investimento do MinC na relação da Política do Programa Cultura Viva com a agenda da promoção da cidadania cultural da pessoa com deficiência. Partiu-se da premissa de que o fortalecimento das estratégias no sentido de promover o acúmulo do capital cultural das pessoas com deficiência pode desempenhar um papel fundamental na compreensão e promoção da cidadania cultural dessa população. Nesse sentido, as iniciativas de base comunitária parecem-nos fundamentais. Ao considerar o capital cultural, que compreende os recursos culturais acumulados por indivíduos e grupos, as iniciativas de base comunitária podem buscar reconhecer e valorizar as diferentes bagagens culturais trazidas pelos diversos públicos. Por outro lado, ao incorporar as novas discussões do campo, que trazem a questão da interseccionalidade, do capacitismo, das teorias *Queer* e *Crip* e da PesquisaCOM, a política cultural de base comunitária mostra-se comprometida com os novos desafios e lutas das pessoas com deficiência.

Dessa forma, entre os desafios da pauta da acessibilidade cultural em diálogo com as práticas dos Pontos de Cultura, é importante repensar de que forma atuar na construção de novas narrativas, auxiliando na consolidação de uma sociedade anticapacitista. Mapear e fazer a busca ativa de pessoas com deficiência em ações culturais de base comunitária tornam-se fundamentais para que outras histórias dos territórios possam ser contadas a partir de outras perspectivas. Valorizar a presença das pessoas com deficiência é provocar a vida em permanente experiência de diversidade. Atuar de forma crítica à perspectiva dos corpos normativos e agenciar ações culturais a favor do “aleijamento do mundo” é comprometer-se com a construção de novas concepções culturais. Ampliar o protagonismo das pessoas com deficiência como agentes culturais de seus territórios é qualificar o capital cultural de uma sociedade como um todo. Convocamos, assim, que a política Cultura Viva e os Pontos de Cultura impliquem o fortalecimento da pauta do direito cultural da pessoa com deficiência, qualificando a política nacional de cultura.

## Referências

ALVES, Camila Araujo; MORAES, Márcia. Entre Histórias e Mediações: um Caminho para Acessibilidade Estética em Espaços Culturais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 3, p. 584-594, 2018.

ARANHA, Maria Salete Fabio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, DF, ano XI, n. 21, p. 160-173, mar. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 171-188, 2002.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal: a narrativa capacitista social. *Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/ Diversitas/USP Legal – São Paulo*, junho/2013.

DORNELES, Patrícia Silva. *Identidades inventivas: territorialidades na rede cultura viva na região sul*. [Doutorado em Geografia] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DORNELES, Patrícia Silva; CARVALHO, Claudia Reinoso Araujo de; SILVA, Ana Cecília Chaves., MEFANO, Vania. Do direito cultural das pessoas com deficiência. *Rev Polit Públicas*, v. 22, n.1, p. 139-56, 2018.

GEHRE, Thiago; RESENDE, Yara. Representações e realidades sobre a

Agenda 2030: analisando criticamente o ODS 1. *Revista Mundorama*, 2019.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, Ruthie Bonan *et al.* Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019.

HARAWAY, Donna. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna. J *et al.* *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33-118.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa nacional de saúde: 2019: ciclos de vida: Brasil* [IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento]. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

KOLÁROVÁ, Katherina. Performing the Pain: Opening the (Crip) Body for (Queer) Pleasures. *Review of Disability Studies*, v.6, p. 44-52, 2010.

LIMA, Isabel; PINTO, Isabela; PEREIRA, Silvia O. Direito sanitária e pessoa com deficiência: uma análise da rede de proteção normativa à saúde no Brasil. In: LIMA, Isabel; PINTO, Isabela; PEREIRA, Silvia de O. (orgs.). *Políticas Públicas e Pessoa com Deficiência*. Salvador: EDUFBA, 2011.

MACAGNAN, Silvane dos Santos de Moura; BUZIN, Karina dos Santos de Moura; TURECK, Luciana Terezinha Zanato. Os movimentos sociais de pessoas com deficiência na luta pela desconstrução cultural: em foco a inclusão social. *Revista da Faculdade de Educação*, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 159–178, 2022.

MAGNABOSCO, Molize de Bem; SOUZA, Leonardo Lemos de. Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e 56147, 2019.

MCRUER, Robert. *Crip Theory: cultural signs of queerness and disability*. Nova Iorque: New York University Press, 2006.

MELLO, Anaí de. Corpos (in)capazes. A crítica marxista da deficiência. As lutas anticapacitistas e anticapitalistas estão do mesmo lado da trincheira. *Revista Jacobin*, p. 99-103, 2020.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

MORAES, Márcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

PASQUALUCCI, Luciana *et al.* Sociomuseologia, *Diversidade e Educação: e-Curriculum*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 319-346, jan. 2022 .

PORTO, Marta. *Cultura e desenvolvimento em um quadro de*

*desigualdades*. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

RÉGIS, Hebe Cristina Bastos. *Mulheres com deficiência intelectual e a esterilização involuntária: de quem é esse corpo?* [Mestrado em Psicologia]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE A DEFICIÊNCIA. [Tradução Lexicus. Serviços Lingüísticos] São Paulo: SEDPcD, 2012. 334 p.

SILVEIRA, Eliana Passos da *et al.* Percepções de estudantes com deficiência visual acerca da audiodescrição na universidade". *Boletim De Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 15, n. 44, p.587-611,. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8312096>